

# Euro em 2012: da necessidade de contextualização histórica

Rubens Penha Cysne

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE)

Em suas duas palestras na FGV/EPGE, a primeira em julho de 2014, então no seu décimo ano como presidente da Comissão Europeia e, mais recentemente, em 2017, como presidente do Goldman Sachs International, José Manuel Durão Barroso citou um instrutivo episódio ocorrido ao início de 2012 do qual foi importante partícipe.

Ele convidou os principais economistas e executivos de vários dos maiores bancos mundiais para uma conversa sobre o futuro do euro. À época, havia a grande dúvida se a Grécia permaneceria ou não na União Europeia. Excetuando-se um dos presentes, todos erraram em seu diagnóstico: previram uma saída da Grécia da zona do euro em no máximo alguns meses.

A observar as marolas na praia postavam-se, a serviço dos ilustres convidados, modelos econométricos dos mais variados e sofisticados. O problema é que, a determinar de fato o curso dos acontecimentos, estavam dois grandes *tsunamis* sociais e políticos, estes a muitos quilômetros do litoral.

A primeira gigantesca onda política, vinda da Grécia, expressava os termos de troca, então percebi-

dos pela população, entre um alívio fiscal imediato e o isolamento internacional.

O segundo *tsunami* político, este ainda mais forte e decisivo, originava-se da Alemanha. A saída da Grécia da região do euro poderia, por efeito dominó, ameaçar toda uma engenharia econômica e política determinada ao longo de quase 70 anos.

Primeiro, a Alemanha poderia pôr a perder a confortável posição de campeã das exportações na Europa, conquistada em boa parte devido à desvalorização contínua do seu câmbio real junto aos demais países.

Segundo, havia a ameaça a todo um projeto político de integração europeia, iniciado logo após o final da Segunda Guerra. Esta integração, afinal, permitia à Alemanha naquele ponto do tempo, e permite ainda hoje em dia, ter em suas mãos a liderança industrial e política da Europa.

Ao contrário do que fazem no momento os Estados Unidos, a Alemanha preferiu preservar a sete chaves os frutos do seu bom-mocismo internacional desde o início dos anos 50. Não se perdem 60 ou 70 anos de investimentos econômicos e políticos

em função de um pouco mais ou um pouco menos a pagar de imposto de renda durante alguns anos, devem ter concluído aqueles que apoiaram Merkel. É um país que criou Fausto, mas não costuma seguir suas ações. Não desconta o futuro com volúpia infantil.

Subliminarmente, claro que no caso da Alemanha há também uma outra força histórica subjacente: as tristezas decorrentes de três guerras contra o vizinho francês, bem como o trauma, este mais coletivo, da completa perda internacional de favores de opinião advinda da Segunda Guerra Mundial.

Como traduzir em equações, neste caso, todas as consequências políticas acumuladas, ao longo de décadas e gerações, das guerras, do Plano Marshall, bem como das ações posteriores integradoras de Jean Monnet e Robert Schuman? Ou o significado político econômico da Comunidade do Carvão e do Aço; do Acordo de Roma, de 1957; e dos vários outros acordos congêneres que se seguiram?

É difícil. Um bom estudo de história tem o potencial de suprir aos economistas subsídios que reduzam erros como este aqui reportado. ▀